

# O processo de envelhecimento na cidade e as desigualdades sociais e espaciais

SILVA, Paloma de Oliveira<sup>1</sup>; TAVARES, Érica<sup>2</sup>

Grupo de Trabalho: ST4. Reorganização do território regional: a rede urbana, as mudanças na hierarquia e na estrutura interna às cidades. Infraestrutura logística e seu papel nas mudanças territoriais.

## RESUMO

O envelhecimento populacional é um processo multifatorial, que deve ser compreendido na sua relação com diversos fatores internos e externos aos sujeitos. As dimensões históricas e teórico-conceituais sobre o envelhecimento fundamentam-se, sobretudo, no processo de transição demográfica, que levou a uma mudança na composição social da população e nas formas e estratégias de organização das famílias. Além disso, também há um impacto considerável sobre a cidade e a distribuição da população no espaço. Este trabalho tem o objetivo exploratório de analisar o processo de envelhecimento populacional no interior do Estado do Rio de Janeiro, no município de Campos dos Goytacazes. Diante das transformações ocorridas na composição familiar no Brasil, mediante o avanço do processo de envelhecimento populacional, com redução do número de filhos por família, é importante questionar como as cidades são reorganizadas para um novo perfil populacional, principalmente diante das desigualdades sociais e econômicas das famílias, que também ocupam diferentes espaços da cidade no que se refere à distribuição dos recursos e equipamentos urbanos.

**Palavras-chave:** Envelhecimento. Reprodução social. Desigualdades.

---

<sup>1</sup> Discente do curso de pós-graduação stricto-sensu em Desenvolvimento regional, ambiente e políticas públicas. PPGDAP-UFF. Universidade Federal Fluminense. pos10@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutorado em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Brasil (2012) Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense, Brasil. ericatavs@hotmail.com

## **Introdução**

Com o crescimento do número de pessoas com mais de 65 anos no Brasil, se faz importante analisar as transformações ocorridas na sociedade que estão relacionadas a esse fenômeno, como as mudanças no mercado de trabalho, avanço da medicina, dinâmica das famílias e o processo de envelhecimento e longevidade, entendido como um fenômeno multifatorial.

O presente trabalho propõe-se a contribuir para os estudos sobre envelhecimento e cidade, trazendo o olhar para espaços não-metropolitanos. Nesse sentido, o objetivo é analisar o processo de envelhecimento populacional no interior do Estado do Rio de Janeiro, especialmente no município de Campos dos Goytacazes.

O trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla que visa identificar as estratégias de reprodução social das famílias com idosos presentes, entendendo que a dependência ou independência dos idosos pode ser analisada sob diferentes dimensões, como as de caráter econômico, ou mesmo através da capacidade de realizar tarefas e cuidar de si próprio. Para isso, inicialmente, consideramos importante traçar um panorama do processo de envelhecimento na cidade de Campos/RJ.

Desse modo, intencionamos problematizar, na seção 1, a questão da transição demográfica no Brasil como um dos pilares para o estudo do envelhecimento populacional, mas não só, visto que este está relacionado a mudanças sociais e econômicas. Na seção 2, buscamos fazer uma análise da organização familiar no que tange às estratégias de reprodução social das famílias com idosos (in) dependentes, visto que, com as mudanças na composição social das famílias, pressupõe-se diferentes estratégias para lidar com estas questões.

Na seção 3, analisamos o processo de envelhecimento em Campos dos Goytacazes, visto que é a cidade do Norte Fluminense onde mais tem crescido o número de pessoas com mais de 65 anos, se fazendo importante analisar este fenômeno em suas múltiplas determinações. E por fim, na seção 4, buscamos problematizar as desigualdades sociais e espaciais e o processo de envelhecimento na cidade, buscando trazer um olhar mais crítico quanto à questão do acesso aos recursos e equipamentos urbanos e ao papel do Estado na intervenção no espaço urbano.

Por se tratar de uma pesquisa em caráter preliminar, a metodologia utilizada foi de levantamento bibliográfico e a análise secundária de dados do IBGE, a fim de traçar o estágio do processo de envelhecimento no município e região e mapeamento das áreas com maior participação de idosos.

## **1 Transição demográfica no Brasil**

As origens do processo de envelhecimento populacional não estão apenas no aumento do número de idosos, mas em toda uma mudança na composição etária da população, a partir do clássico processo de transição demográfica, que consiste basicamente no aumento de determinados estratos etários em detrimento de outros. No caso brasileiro, com o acelerado processo de envelhecimento populacional, significa que a pirâmide etária está estreitando sua base e alargando seu topo, com uma maior proporção de pessoas idosas e menos pessoas jovens e crianças presentes nas famílias brasileiras. (SOUZA; MELO, 2017).

A partir do século XX, vem ocorrendo uma queda na taxa de fecundidade em diversos países; primeiramente, este fenômeno ocorreu nos países desenvolvidos. Segundo os autores, isso está relacionado à racionalidade econômica e a mudanças culturais, significando que, em consequência de uma melhora nos padrões de vida, na democratização do ensino, no avanço na medicina, na igualdade de gênero (mais mulheres no mercado de trabalho), e planejamento familiar fez com que se reduzisse o número de filhos e atrasasse a natalidade, trazendo assim uma transformação social e econômica em níveis jamais vistos anteriormente. (SOUZA; MELO, 2017).

Portanto, a transição demográfica não significa apenas aumento ou diminuição do número de indivíduos em determinado grupo etário, mas uma transformação sociocultural profunda, que acarretou mudanças em todo o mundo. Da mesma forma que não está relacionada somente à questão da longevidade, como pudemos ver, apesar da mesma exercer grande influência. Segundo os autores supracitados (2017), a expectativa de vida em 1900 era de 30 anos, com uma taxa de fecundidade de 6 filhos por mulher. A partir do século XX, essa taxa de fecundidade caiu para 2,8, e a expectativa de vida foi para mais de 60 anos em 2000, ou seja, dobrou.

Dados da ONU (2017) dão conta de que a população de pessoas com mais de 60 anos na América Latina e no Caribe está em torno de 12% e a população de 25-59 anos soma 46%. As previsões da instituição para o crescimento do número de pessoas com 60 anos ou mais é preocupante. Segundo a instituição, em 2017, o número de pessoas no mundo com mais de 60 anos estava em torno de 962 milhões e cresce a uma taxa de 3% ao ano. A Europa possui o maior número de idosos (25%), visto que o processo de envelhecimento nos países desenvolvidos já ocorre há mais de um século. A previsão para 2050 é que em todo o mundo, exceto na África, haverá  $\frac{1}{4}$  ou mais da população com mais de 60 anos. A projeção global é de 1,4 bilhões, em 2030, e de 2,1 bilhões, em 2050. Em 2017, a América Latina e o Caribe tinham 7,3 pessoas de 20 a 64 anos para cada pessoa com 65 anos ou mais.

Esse processo descrito acima impactará os serviços de saúde (SUS), a Previdência Social, o mercado de trabalho e, principalmente, a dinâmica das famílias e sua distribuição no espaço, visto que a previsão para 2050 é a de que teremos menos pessoas em idade de trabalhar. Essas informações estão sendo muito utilizadas nos debates que têm sido travados no Brasil em torno da Reforma da Previdência.

Os trabalhos de DOS SANTOS (et al. 2009, p.4) nos fornecem dados interessantes sobre a caracterização do envelhecimento, que é compreendido como um fenômeno multifatorial, pois envelhecer está relacionado a diversos fatores internos e externos ao sujeito, como aspectos genéticos, biológicos, psíquicos, ambientais, econômicos e sociais. Envelhecer não implica necessariamente no surgimento de uma doença, mas não se pode desconsiderar que envelhecer faz parte de uma “deterioração geneticamente programada” que ocorre no interior das células, concebendo-se também que o processo saúde/doença ser determinado socialmente.

Nessa linha de raciocínio, o que parece fazer toda a diferença quando se pensa em planejar os cuidados necessários à população idosa é a situação de saúde do indivíduo quando chega à idade de 60 ou 65 anos de idade. Em uma sociedade na qual o trabalho é estressante, na qual a maioria dos trabalhadores é superexplorada e os salários não chegam a suprir as mais elementares necessidades, na qual a riqueza produzida não tem uma distribuição razoável, na qual a maioria gasta muito do seu tempo diário em transportes urbanos de baixa qualidade, na qual essa mesma maioria não tem tempo para o lazer, para o cuidado dos filhos, para um descanso que recupere sua energia e sua imunologia, na qual, enfim, a qualidade

de vida da maioria é precária, não se pode esperar um envelhecimento ativo e uma massa de pessoas chegando à idade dos 60 ou 65 anos em boas condições de saúde. (LUCCHESI, 2017, p. 48).

Diante disso, vemos que houve uma transformação em toda a sociedade, uma mudança no estrato etário (presença cada vez maior de idosos), que é reflexo da mudança de como os sujeitos estão se relacionando nas últimas décadas. O fato de as mulheres estarem usando cada vez mais contraceptivos, retardando a natalidade e diminuindo o número de filhos por famílias mostra essa mudança de uma família extensa a uma família mais reduzida. Em consequência disso, as famílias estão mais envelhecidas, visto que não se trata apenas da questão da longevidade, mas de toda uma mudança na composição social da população. Portanto, intencionamos relevar que a organização da família mudou e, em consequência, as estratégias de reprodução social também.

## **2 A organização familiar e as estratégias de reprodução social**

Estudos sobre o envelhecimento vêm sendo incorporados na agenda de pesquisa no campo dos estudos urbanos e populacionais no Brasil desde os anos 1980, como os trabalhos desenvolvidos no âmbito da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). CAMARANO (2002), uma importante autora da área do envelhecimento, vem questionando, em seu trabalho, a relação entre envelhecimento e dependência. A pesquisa supracitada estimava que, em 2020, esse segmento poderia ser responsável por quase 15% da população brasileira (CAMARANO et al. 1997 apud CAMARANO, 2002, p.10). Segundo os resultados da PNAD de 2015, o grupo etário correspondente às pessoas com 65 anos ou mais de idade correspondia a 9,87% da população brasileira total.

Os dados da pesquisa da referida autora trouxeram questionamentos importantes à época. Mostraram que, no período entre 1981 e 1998, houve uma redução na dependência deste segmento, porém, com o avanço da idade, mostrou que quanto mais velho mais dependente. Segundo a pesquisa, as famílias brasileiras com idosos estavam em melhores condições econômicas que as demais, revelando assim a importância da aposentadoria do idoso na participação da renda

da família, esta que, por sua vez, apresentou um nível alto de desemprego entre os jovens de 15 a 24 anos no mesmo período, 19,1 % em 1999, revelando grandes dificuldades desse segmento em relação ao mercado de trabalho. O resultado da pesquisa, segundo a autora, foi que “o grau de dependência dos indivíduos idosos é, em boa parte, determinado pela provisão de rendas por parte do Estado.” (CAMARANO et al. 2001, p.28 apud CAMARANO, 2002).

Para falar sobre envelhecimento, devemos considerar os diferentes tipos de idosos envolvidos na situação. Este segmento populacional é heterogêneo e sofre de formas variadas. Neste trabalho e na sequência da pesquisa que está sendo desenvolvida, procuramos trazer uma perspectiva ampla desse grupo, segundo uma abordagem física e econômica, dividida basicamente como dependentes e não dependentes. Os idosos dependentes são aqueles que, segundo CALDAS (2003, p.3), necessitam de “ajuda indispensável para a realização dos atos elementares da vida”. São aquelas atividades básicas do cotidiano, como as tarefas de autocuidado, por exemplo. Já os idosos independentes são aqueles que não necessitam dessa ajuda para realizar os atos comuns da vida diária. Além dessa dimensão do cuidado, também há a dimensão relacionada às esferas econômica e social. Nesse sentido, a dependência ou independência varia em ambos os sentidos.

Segundo CALDAS (2003, p.4), a família, os amigos e os parentes, ou seja, a comunidade, é o primeiro suporte na vida do idoso ou da pessoa dependente, e, no Brasil, ela tem sido responsabilizada pelo cuidado integral desses sujeitos sem que haja um apoio eficaz por parte do Estado.

Sendo assim, podemos analisar este processo levando em conta as necessidades desse segmento e de suas famílias, aí entram a análise dos “aspectos materiais”, que incluem “os recursos financeiros, questões de moradia, transporte e acesso aos serviços de saúde”. (CALDAS, 2003, p.5).

A cidade de Campos apresenta políticas públicas para a população idosa através de serviços de saúde voltados para este segmento e a gratuidade no transporte público; entretanto, entendemos que ser idoso no espaço urbano não se limita apenas a essas questões, visto que a mobilidade e o acesso são condições essenciais para o idoso acessar outros direitos, como os equipamentos e recursos urbanos.

Desse modo, através de observações e estudos empíricos, analisamos que ainda há muito o que ser feito na cidade em relação à mobilidade, por exemplo, visto

que tanto no centro (que historicamente possui melhores recursos e equipamentos urbanos, VILLAÇA, 2012) quanto na periferia, há ruas esburacadas, calçadas estreitas e desniveladas, postes no meio das calçadas, que dificultam o caminhar de todos principalmente do grupo que possui mobilidade reduzida: gestantes, lactantes, pessoa com deficiência e idosos (que é o grupo que aqui nos interessa relatar).

Sendo assim, é importante que os processos de reorganização do território urbano contemplem uma nova composição populacional, com mais pessoas adultas e idosas.

Para analisarmos essas diferentes estratégias de reprodução, onde a mobilidade é fundamental, devemos levar em conta todas essas questões sociais, econômicas, culturais e espaciais que abrangem o processo do envelhecimento, este que requer cuidados especiais de promoção do bem-estar e prevenção de agravos, e não só o tratamento curativo pelo viés saúde/doença, como vem ocorrendo no Brasil, segundo Caldas (2003).

Há um grande número de idosos que vivem em famílias com membros de distintas gerações no Brasil, e isso se deve ao fato de este segmento apresentar maior dependência em relação aos aspectos físico e financeiro, contribuindo assim para a formação de novos arranjos familiares e uma rede de apoio dentro da família, gerando uma troca intergeracional entre o idoso e seus familiares. Desse modo, criam-se estratégias de reprodução social através da troca e ajuda mútua entre pais, filhos e netos.

Essa troca, ou transferência intergeracional, é essencial em famílias de poder aquisitivo menor, visto que as avós ajudam com os netos, principalmente para a mãe trabalhar fora. Segundo os autores, os níveis de renda influenciam no tipo de ajuda e de troca que se estabelecerá, tendo as avós, com nível de escolaridade mais baixo, mais chances de cuidar dos netos menores. Além do mais, o fato de morar com a família favorece outras formas de ajuda nas demais atividades diárias do idoso. Portanto, a coresidência pode ser uma das estratégias de reprodução social das famílias com idosos presentes. (CAMARGOS et al. 2011, p. 7).

### **3 O processo de envelhecimento na cidade de Campos dos Goytacazes**

O processo de envelhecimento populacional no Brasil teve início principalmente nas áreas metropolitanas e espaços mais urbanizados. Apesar de ter

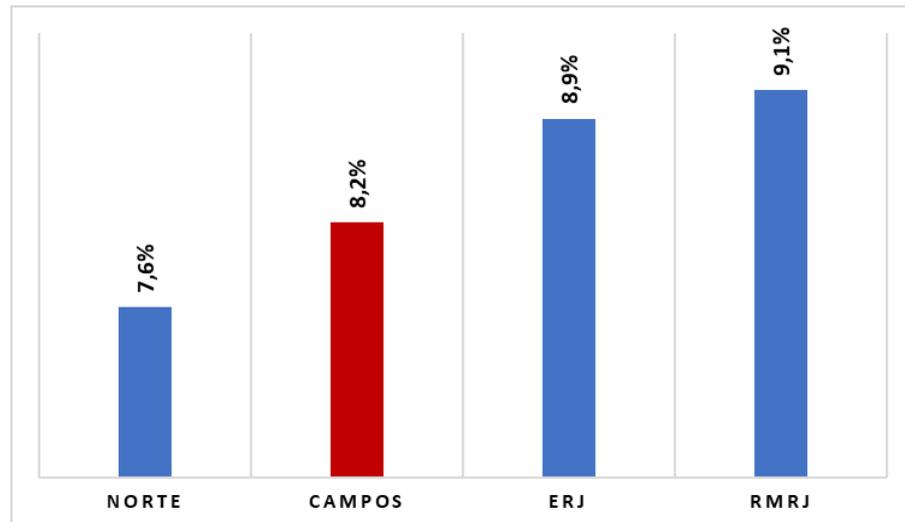
áreas pioneiras, como na metrópole fluminense, o envelhecimento atualmente é uma realidade em todo o País. Mas os diferenciais segundo o espaço ainda são presentes. É nesse sentido que esse trabalho também se coloca, visando trazer o olhar sobre as novas dinâmicas do envelhecimento para espaços não metropolitanos, como no interior do Estado. Essa abordagem é importante, porque, para além da questão previdenciária, boa parte das políticas públicas ligadas à população idosa também devem se dar no âmbito do espaço urbano-regional, em escalas mais reduzidas, como na cidade.

Diante de um número de idosos que cresceu sem que uma política pública o acompanhasse para garantir condições de acesso aos serviços a esses sujeitos, é preciso problematizar o processo do envelhecimento na perspectiva de respeito aos direitos, para que haja uma maior consciência quanto às dificuldades do processo de envelhecimento que se agravam com as desigualdades sociais e regionais existentes, especialmente na cidade de Campos dos Goytacazes, interior do Estado do Rio de Janeiro.

Neste município, a maior parte dos trabalhadores está inserida no setor de serviços e comércio, que, por sua vez, não exige mão de obra com qualificação formal. O rendimento domiciliar per capita de 1/2 a 1 salário mínimo representa 31.69% dos domicílios; em seguida, temos rendimentos de até 1/2 salário mínimo (28.04%) e de 1 a 2 salários mínimos (21.27%). (IBGE, CENSO DEMOGRÁFICO, 2010). Dessa forma, percebemos que, apesar de Campos ser uma cidade beneficiada pelo recebimento de royalties, nota-se que o crescimento econômico não trouxe, de fato, o desenvolvimento social esperado.

Ao considerar como população idosa as pessoas com 65 anos ou mais de idade (gráfico 1), observa-se que a proporção de idosos em Campos (8,2%), embora seja um pouco menor do que na metrópole do Rio Janeiro e no Estado como um todo, 8,9% e 9,1%, respectivamente, é maior do que a participação em todos os municípios da Região Norte Fluminense (7,6%).

Gráfico 1 - Proporção de idosos em Campos – 2010

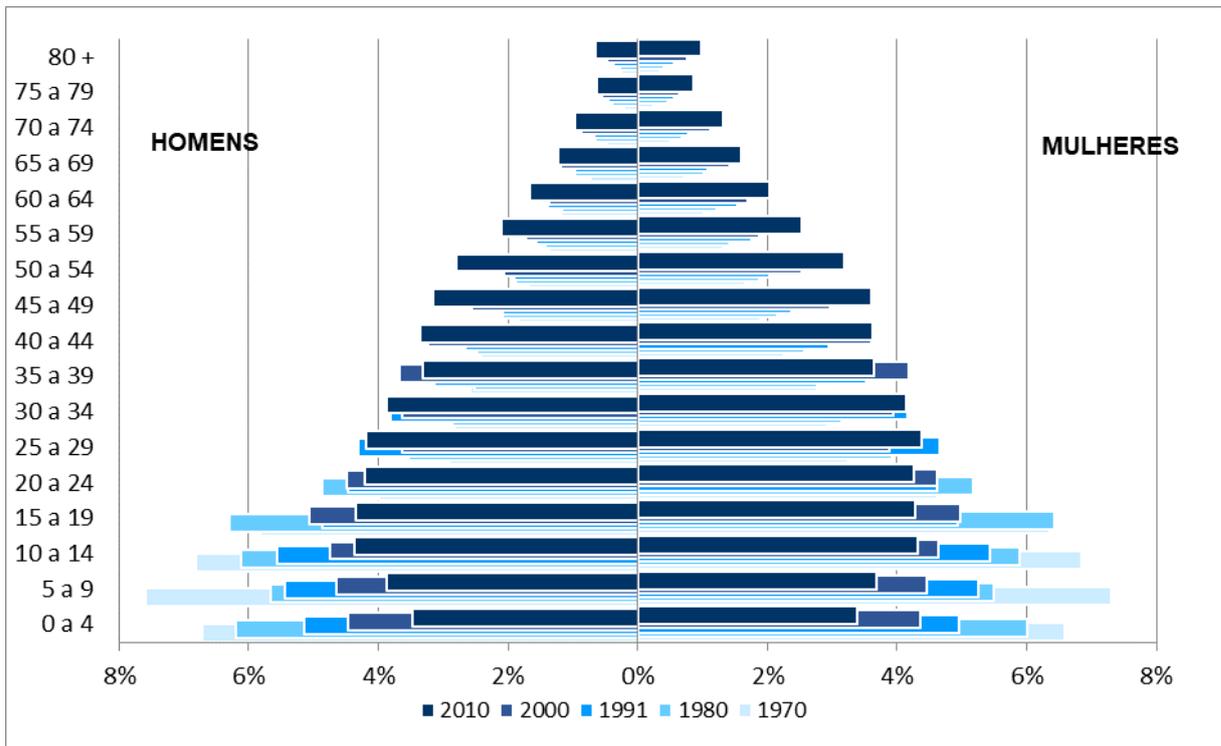


Fonte: Microdados dos Censos Demográficos do IBGE

Segundo Censo do IBGE (CENSO DEMOGRÁFICO, 2010), o município de Campos dos Goytacazes possui cerca de 463 mil habitantes, entre eles mais de 38 mil possui mais de 65 anos. Desse número, a maioria é de mulheres, evidenciando, assim, que o envelhecimento também apresenta uma questão de gênero.

No gráfico 2, vemos que houve uma mudança na composição social da população entre 1970 e 2010. Nota-se que, nos anos 1970 a 1980, a base da pirâmide ainda era bastante larga, representando a participação das crianças, enquanto o topo, representado pelos idosos, era bem estreito. Ao longo das últimas décadas, essa estrutura tem se alterado significativamente. Em 2010, em que pese a forma ainda piramidal, já observamos uma base mais estreita, e um topo aumentado, enquanto o meio da pirâmide (que representa os jovens e adultos) está mais robusto. Um dos fatores primordiais para toda essa mudança, como visto, é que as mulheres estão tendo menos filhos e/ou retardando a natalidade em consequência de mudanças culturais significativas, sobretudo a inserção no sistema de ensino e no mercado de trabalho, mas também devido ao avanço da medicina, que fez com que houvesse um número maior de pessoas envelhecidas (+ 65 anos) na cidade e menos jovens e crianças, entre outros aspectos.

Gráfico 2 - Pirâmides etárias de Campos dos Goytacazes/RJ – 1970 a 2010

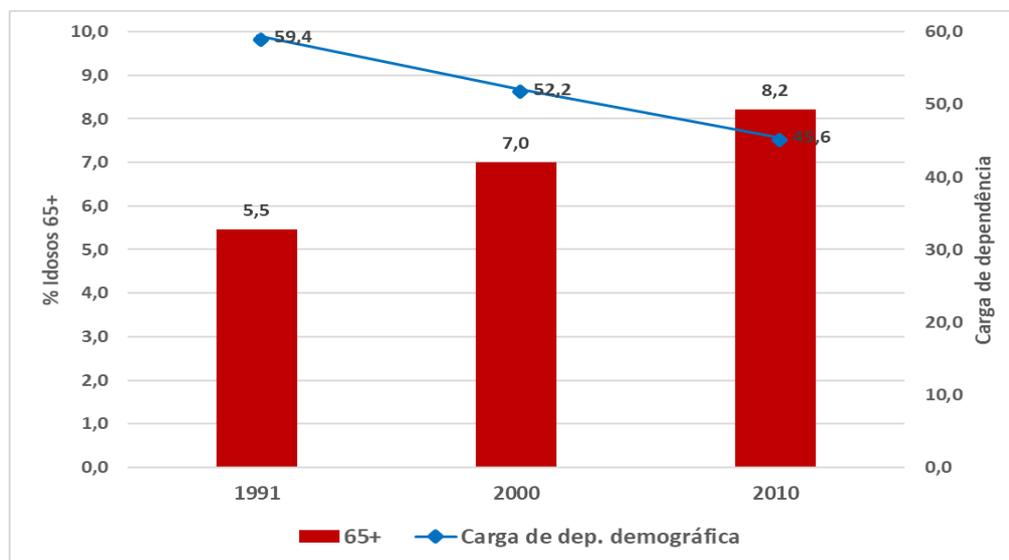


Fonte: Microdados dos Censos Demográficos do IBGE

Segundo JANUZZI (2017), a carga de dependência demográfica é a relação entre o número de crianças e idosos (população de 0 a 14 anos e de 65 anos ou mais) sobre a população em idade ativa (jovens de 15 a 24 anos e adultos de 25 a 64 anos). Resume a estrutura etária da população e busca se “aproximar” da parcela inativa “sustentada” pela ativa. No município de Campos, observa-se, conforme o gráfico 3, que, enquanto a proporção de idosos aumenta, a carga de dependência diminui, o que dá uma ideia das mudanças intergeracionais que estão ocorrendo na sociedade.

Dessa forma, na sequência dessa pesquisa, através de estudos qualitativos em profundidade, buscamos discutir como os diferentes grupos (idosos dependentes e não dependentes) presentes no mesmo segmento populacional afetam a dinâmica das famílias no que tange às estratégias de reprodução social.

Gráfico 3 - Carga de dependência e proporção de idosos em Campos – 1991 a 2010



Fonte: Microdados dos Censos Demográficos do IBGE.

Nota: A proporção de idosos é a participação da população de 65 anos ou mais sobre a população total.

Esse questionamento sobre as estratégias de reprodução social das famílias com idosos presentes se torna bastante pertinente na cidade, uma vez que esse é o grupo populacional que mais cresce. Segundo as informações da tabela 1, de 1991 a 2000, a população idosa cresceu 3,3% ao ano em Campos; já, de 2000 a 2010, esse crescimento foi de 2,95% a.a. – o maior entre todos os grupos etários, enquanto o município de Campos cresce 1,31% a.a. Isso significa que, embora a população de idosos ainda não seja o maior grupo no recorte populacional apresentado, seu ritmo de crescimento tem sido bastante intenso.

Tabela 1 - População e taxa de crescimento populacional por grupos etários em Campos – 1991 a 2010

Taxa de Crescimento dos Grupos Etários					
Grupos Etários	1991	2000	2010	TC 91/00	TC 00/10
0-14	123.764	111.149	107.071	-1,19	-0,37
15-24	73.530	77.932	79.236	0,65	0,17
25-64	170.541	189.590	239.307	1,18	2,36
65+	21.274	28.497	38.116	3,30	2,95
Total	389.109	407.168	463.730	0,51	1,31

Fonte: Microdados dos Censos Demográficos do IBGE

#### **4 Desigualdades sociais e espaciais e o processo de envelhecimento na cidade**

A intervenção do Estado na área do envelhecimento no Brasil se deu sem uma política de planejamento da velhice, em que os atuais sujeitos envelhecidos já vêm com suas trajetórias de vida marcadas por uma imensa desigualdade socioeconômica em diversas áreas. Estas áreas foram planejadas pelo Estado visando o desenvolvimento capitalista, que aprofundou a diferença entre pobres e ricos. Em tais áreas, como a saúde, habitação, o ensino precário e a desregulamentação do trabalho, houve o predomínio de interesses privados, através de grupos que disputam o poder no interior do Estado. Tudo isso faz com que essa fase da vida seja também desigual e às vezes muito sofrida para idosos em determinados contextos sociais.

Nessa linha, esse trabalho apresenta uma preocupação com a questão do idoso, prioritariamente aqueles que se encontram nos segmentos mais empobrecidos da sociedade, onde estão expostos à distribuição desigual dos recursos urbanos.

O Brasil está entre os países com graus mais elevados de desigualdade social. Estudo utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) indicou que a capacidade funcional dos idosos é fortemente influenciada pela situação socioeconômica. É provável que os indivíduos que residam em áreas com melhores condições socioeconômicas apresentem maior acesso aos bens e serviços médicos e, conseqüentemente, sejam capazes de manter uma boa saúde e capacidade funcional ao longo do tempo. Contudo, não existem no Brasil estudos que investiguem as relações entre as desigualdades socioeconômicas das unidades da federação (estados e Distrito Federal), importantes espaços geográficos de aplicação das políticas públicas, e incapacidade funcional dos idosos (ALVES; LEITE; MACHADO, 2010).

As cidades modernas foram constituídas para serem funcionais, para atenderem à demanda do sistema capitalista, portanto elas já nascem desiguais e ao longo do tempo vão conformando essa desigualdade no espaço.

Sposito (2001) traz grandes contribuições sobre a formação das cidades ao longo dos séculos, o que nos ajuda a entender sua espacialização geográfica e social, além de questões complexas como a desigualdade e a segregação, entre

outros fenômenos. A autora argumenta que o surgimento das cidades e sua consequente urbanização são reflexos do avanço do sistema capitalista, e sua inserção e crescimento em todo o mundo contribuiu para este processo de urbanização, ou seja, a cidade é o resultado de ações dos indivíduos “produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promovem estas transformações” (p.6).

Sabemos hoje que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas. Mesmo com a modernização no campo, temos encontrado o modo de vida urbano nestes lugares. Isso traz uma questão muito importante sobre a organização do espaço urbano, visto que, com a enorme quantidade de pessoas concentradas em áreas urbanas, os problemas sociais e a luta pelo espaço tendem a se intensificar.

Segundo Lorenzetti e Lamounier (2017), o número de idosos vivendo em áreas urbanas também tem crescido nos últimos anos, somando até 80%. Neste sentido, necessitamos investigar o fenômeno urbano, a distribuição dos equipamentos urbanos, a formação das cidades e a sua consequente espacialização desigual e a segregação que ocorre em determinados espaços, para entendermos a situação em que se encontram os idosos brasileiros no que diz respeito ao acesso e à acessibilidade. Visto que, ser idoso em um bairro de maior poder aquisitivo, com bons recursos, equipamentos, acessibilidade e infraestrutura urbana, é diferente de ser idoso em um bairro de menor poder aquisitivo e com menos recursos. Portanto, a localização dos idosos na cidade faz diferença, levando também a diferentes estratégias de reprodução social.

Uma informação preliminar sobre a localização dos idosos em Campos consiste na identificação dos bairros com maior proporção de idosos. É possível notar pela tabela 2, que traz os dez bairros com maior percentual de idosos na cidade, que os bairros mais centrais são os que apresentam maior participação de pessoas com mais de 65 anos de idade. Essa é uma relação que pretendemos investigar na pesquisa que está sendo desenvolvida, ou seja, as dimensões relacionadas às condições socioeconômicas e urbanas das famílias e dos lugares de residência com as estratégias de reprodução social. É preciso compreender por que as áreas mais elitizadas da cidade apresentam maior número de idosos. É possível que, ao mesmo tempo que as condições colocadas influenciam na longevidade, a nova composição populacional também influencia a reorganização do espaço.

Tabela 2 - Os 10 bairros com maior percentual de idosos 65+ em Campos – 2010

<b>Bairro</b>	<b>% idosos</b>	<b>Bairro</b>	<b>% idosos</b>
Pelinca	16,1	Nossa Senhora do Rosário	14,0
Centro	15,5	Tamandaré	13,4
João Seixas	14,6	Fazendinha	13,4
Chácara João Ferreira	14,5	Santo Eduardo	13,2
Jardim Maria de Queiroz	14,0	Turf Club	13,2

Fonte: Microdados dos Censos Demográficos do IBGE

Lorenzetti e Lamounier (2017) também argumentam que a cidade concentra a maioria das atividades sociais, culturais e políticas, sendo assim, deveria ser acessível. Propõem que uma cidade deve ser “amiga do idoso”, pois, devido às incapacidades físicas advindas com a senilidade, é necessário que a cidade seja dotada de artifícios que propiciem a mobilidade, como bancos para o descanso, praças arborizadas, acessibilidade ao transporte público, terminais e calçadas acessíveis e os obstáculos devem ser retirados. Dessa forma, abarcariam a todos, e, principalmente, as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. (ibid, p.59).

Segundo as autoras, compete ao município a organização do espaço da cidade de modo a garantir o desenvolvimento de suas funções sociais e garantir o bem-estar de todos e a elaboração do Plano Diretor. Porém, o que vemos são Planos que nunca são cumpridos, calçadas estreitas, sem rampas, ruas esburacadas, postes no meio das calçadas, calçadas desniveladas, entre outros obstáculos que atrapalham a mobilidade de todos. As autoras ainda colocam que as cidades deveriam ser planejadas para os pedestres, para que assim fossem evitados os acidentes, principalmente os acidentes envolvendo idosos e deficientes. As pessoas que caminham são mais numerosas e vulneráveis no trânsito, portanto deveriam ter prioridade nas políticas de planejamento urbano.

Segundo Vasconcellos (2012, p.175), no Brasil, houve a priorização de um determinado tipo de deslocamento para o segmento que possui automóvel particular iniciando um alto investimento na ampliação das vias com uso de dinheiro público.

Dessa forma, um dos maiores desafios para o planejamento, segundo o autor, é redistribuir entre todos os grupos envolvidos essa área de circulação, transformando-a em um local acessível e de fácil circulação, “priorizando os indivíduos que são mais numerosos e vulneráveis”, como os pedestres, ciclistas e passageiros de transporte público, fazendo com que haja uma “reapropriação do espaço” por estes atores. Produzir um espaço democrático de circulação não será tarefa fácil devido aos interesses econômicos e políticos em disputa.

De acordo com a organização espacial, a mobilidade dos sujeitos é aumentada ou diminuída na cidade, incluindo o acesso aos recursos e equipamentos urbanos, como bancos, praças, comércios, etc. É necessário que haja uma integração nas ações dos municípios, voltadas a propiciar um “ambiente construído” agradável e que não limite o direito de ir e vir dos indivíduos, facilitando os deslocamentos. Segundo as autoras, há ainda uma preocupação nas leis, incluindo o Estatuto do Idoso, com a gratuidade dos transportes públicos para este segmento, porém, sem a acessibilidade nas ruas, sem um espaço agradável para transitar, a lei se torna apenas mais um papel na gaveta. (LORENZETTI; LAMOUNIER, 2017, p.66).

O desenho urbano influi sobremaneira na percepção de segurança existente nas cidades, o que, comprovadamente, afeta em muito a vontade de as pessoas saírem à rua, influenciando, por outro lado, na sua independência, saúde física, integração social e bem-estar emocional. Há que pensar na proporção entre os espaços destinados ao veículo motorizado individual, ao corredor de ônibus e ao pedestre, assim como em fachadas que proporcionem diálogo entre o público e o privado, além de permitir a existência do uso misto, residencial e comercial, o que favorece a apropriação do espaço pelas pessoas, diminuindo a necessidade de deslocamentos e favorecendo a segurança. (LORENZETTI; LAMOUNIER, 2017, p.67).

Desse modo, este trabalho deve desenvolver-se no sentido de tratar os aspectos referentes às desigualdades sociais, econômicas e espaciais no Brasil e seus impactos sobre um dos segmentos muitas vezes vulneráveis da sociedade, os idosos, que também tem revelado uma trajetória de vida desigual a qual foram submetidos.

## CONCLUSÕES

Há ainda muito o que problematizar no que se refere ao processo de envelhecimento no Brasil. As questões levantadas neste trabalho devem ser respondidas à medida que a pesquisa se aprofunda, quando outras questões ainda deverão ser exploradas.

O que se buscou com este trabalho foi trazer ao debate a questão do envelhecimento, do ser idoso no espaço urbano, ainda mais em cidades do interior, e das dificuldades enfrentadas por este segmento e suas famílias frente às desigualdades perpetuadas em nossa sociedade, cada vez mais injusta e excludente. Sabemos que a família e a comunidade são a base da proteção social, entretanto, cabe ao Estado propiciar meios e condições para que esta proteção social se realize.

O crescimento do segmento populacional de idosos é uma realidade que se faz presente hoje em todo o País, e também em Campos/RJ, principalmente na área urbana. Desse modo, ao analisarmos as estratégias de reprodução social dessas famílias, buscamos contribuir com a criação de políticas públicas e instrumentos de planejamento do espaço urbano mais eficazes para lidar com estas questões, para que, assim, construa-se uma sociedade mais justa e igual para todos, afinal, esse é um dos objetivos do planejamento.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Luciana Correia; LEITE, Iuri da Costa; MACHADO, Carla Jorge. Fatores associados à incapacidade funcional dos idosos no Brasil: análise multinível. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 44, n. 3, jun. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89102010000300010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102010000300010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 28 mar. 2018.

CALDAS, Célia Pereira. Envelhecimento com dependência: responsabilidades e demandas da família. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, p. 773-781, maio-jun, 2003.

CAMARANO, Ana Amélia. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. **Ipea**, Rio de Janeiro, p. 1-26, jan. 2002.

CAMARGO, Mirela Castro Santos; RODRIGUES, Roberto Nascimento; MACHADO, Carla Jorge. Idoso, família e domicílio: uma revisão narrativa sobre a decisão de morar sozinho. **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 217-230, jan.-jun. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=330100&search=ri-o-dejaneiro|campos-dos-goytacazes|infogr%E1ficos:-evolu%E7%E3o-populacional-e-pir%E2mideet%E1ria>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. 6. ed. São Paulo: Alínea, 2017.

LORENZETTI, Maria Sílvia Barro; LAMOUNIER, Ludimila Penna. Perspectivas quanto a mobilidade e ao espaço urbano em função do envelhecimento da população brasileira. In: **Brasil 2050**: desafios de uma nação que envelhece. Disponível em: <<http://livraria.camara.leg.br/brasil-2050-desafios-de-uma-nac-o-que-envelhece.html>>. Acesso em: 11 maio 2018.

LUCCHESI, Geraldo. Envelhecimento populacional: perspectivas para o SUS. In: **Brasil 2050**: Desafios de uma nação que envelhece. Disponível em: <<http://livraria.camara.leg.br/brasil-2050-desafios-de-uma-nac-o-que-envelhece.html>>. Acesso em: 07 maio 2018.

MELO, Cláudia Virgínia de Brito; SOUZA, Alexandre Cândido. O mercado de trabalho brasileiro diante das perspectivas de envelhecimento da população. In: **Brasil 2050**: Desafios de uma nação que envelhece. Disponível em: <<http://livraria.camara.leg.br/brasil-2050-desafios-de-uma-nac-o-que-envelhece.html>>. Acesso em: 05 maio 2018.

SANTOS, Flávia Heloísa dos; ANDRADE, Vivian Maria; BUENO, Orlando Francisco Amodeo. **Envelhecimento**: um processo multifatorial. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n. 1, p. 3-10, mar. 2009.

SPOSITO, Maria E. B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2001.

UNITED NATIONS. **World population prospects**: the 2017 revision. New York: United Nations, 2017. Disponível em: <[https://esa.un.org/unpd/wpp/publications/files/wpp2017\\_keyfindings.pdf](https://esa.un.org/unpd/wpp/publications/files/wpp2017_keyfindings.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2018.

VASCONCELLOS, E. A. Mobilidade Urbana e Cidadania. São Paulo: Senac, 2012. p.172-210.

VILLAÇA, Flávio. Centro Urbano. In: VILLAÇA, F. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012. p. 89-169.